

## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

### SUGESTÃO Nº 253, DE 2010

Sugere Projeto de Lei que define o crime de prática de racismo, nos termos do artigo 5º, inciso XLII da Constituição Federal, e dá outras providências.

**Autora:** Associação EDUARDO BANKS

**Relator:** Deputado PEDRO UCZAI

## I - RELATÓRIO

A iniciativa da **Associação Eduardo Banks** tem por objetivo sugerir a esta Comissão de Legislação Participativa a apresentação de projeto de lei para definir o crime de racismo.

Para tanto, o autor da sugestão apresenta minuta de projeto de lei contendo doze artigos.

O autor argumenta, em sua justificativa, que a atual Lei n.º 7.716, de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, é absurda e deve ser substituída por outra lei anti-racismo.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Conforme determina o art. 254 do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução n.º 21, de 2001, cumpre que esta Comissão de Legislação Participativa aprecie e se pronuncie acerca da Sugestão em epígrafe.

Preliminarmente, constata-se que a sugestão foi devidamente apresentada no que diz respeito aos aspectos formais, tendo sua regularidade sido atestada pelo Secretário desta Comissão, nos termos do art. 2.º do Regulamento Interno e do “Cadastro da Entidade” constante dos autos.

O tema encontra-se compreendido na competência privativa da União para legislar sobre direito penal, sendo legítima a iniciativa e adequada a elaboração de lei ordinária.

Quanto ao mérito, entendemos faltar à proposição em exame a conveniência e oportunidade necessárias à sua aprovação.

A Carta Maior, em seu artigo 5º, XLII - considera a prática do racismo crime inafiançável, imprescritível e sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

Assim, obedecendo aos mandamentos constitucionais, o Congresso Nacional elaborou a Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

É cediço, entretanto, que a norma supra necessita de reformas. Ocorre, porém, que a atualização do tema já está em trâmite na Casa por meio do PL 6418/2005, de autoria do Senado Federal, que define os crimes resultantes de discriminação e preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.

Portanto, a sugestão em epígrafe não deve prosperar, uma vez que há proposição em trâmite na Casa cuja matéria abrange, igualmente, o teor da solicitação ora em destaque.

Portanto, diante do exposto, somos pela rejeição da Sugestão de n.º 253, de 2010.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2011.

Deputado PEDRO UCZAI  
Relator